



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EDNA DIOGO CRISTOVÃO

**O PAPEL DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EM ANGOLA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO FEMININA
NOS MERCADOS FORMAL E INFORMAL (2010-2019)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EDNA DIOGO CRISTOVÃO

**O PAPEL DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EM ANGOLA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO FEMININA
NOS MERCADOS FORMAL E INFORMAL (2010-2019)**

Trabalho de conclusão de curso (TCC), na modalidade de Projeto, apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab como parte dos requisitos para obtenção do título Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

EDNA DIOGO CRISTOVÃO

**O PAPEL DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EM ANGOLA: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO FEMININA
NOS MERCADOS FORMAL E INFORMAL (2010- 2019)**

Projeto apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Data de aprovação: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa – Orientador

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Rute Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	CONTEXTO GEOGRÁFICO DE ANGOLA	6
3	CONTEXTO POLÍTICO DE ANGOLA	7
4	PERGUNTA DE PARTIDA	10
5	HIPÓTESES	10
6	JUSTIFICATIVA	10
7	OBJETIVOS	12
7.1	GERAL	12
7.2	ESPECÍFICOS	13
8	METODOLOGIA	13
9	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
10	MULHERES ANGOLANAS NO MERCADO INFORMAL E FORMAL	17
11	CRONOGRAMA	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa analisa o papel da mulher no desenvolvimento econômico de Angola. A mulher angolana tem contribuído para o desenvolvimento econômico, quer no mercado formal, quer no informal. Entretanto, nem sempre o seu contributo é reconhecido pela sociedade angolana.

Tal acontece devido à desigualdade de sexo e de gênero existentes em Angola. As mulheres desempenham papel importante no desenvolvimento econômico, político e social de um país. Mas, além de condicionarem o desenvolvimento econômico, a desigualdade de sexo e de gênero constituem fatores determinantes e diferenciadores da distribuição de trabalho.

A mulher angolana vem legitimando e assumindo o seu protagonismo não como objeto, mas como sujeito da sua própria história em decorrência de uma luta que atravessa as fronteiras nacionais, se destacando e conscientes que só numa sociedade em que todos e todas têm os mesmos direitos seus direitos seriam conquistados, reconhecidos e preservados.

A mulher angolana tem procurando deixar de lado aspectos culturais, que demonstram que o sexo feminino é frágil incapaz de fazer coisas que na visão social só correspondem com o sexo masculino, pensamentos que tendem a deixar a mulher pensar que é mesmo incapaz de fazer “isso ou aquilo”, a determinação da mulher em cumprir com os seus projetos de vida tem andando junto com emancipação da mesma em conquistar tudo aquilo que deseja, que projeta para sua vida pessoal (FILA; LOPES, 2018, s/p).

Há muito a celebrar porque a mulher angolana já percorreu um longo caminho na luta pelos seus direitos, igualdade de gênero e contra discriminação, onde abrange algumas áreas como a luta pela pobreza, o empresariado feminino e a proteção jurídica da mulher.

Visto que as mulheres desempenham papel importante no desenvolvimento econômico, é necessário dar atenção às questões de gênero, porque essas discussões parecem não ter relevância em Angola. Os debates acerca do gênero têm sido entendidos como desrespeito às tradições e ao sistema patriarcal vigente na sociedade angolana.

Nesse contexto, os grupos de mulheres que lutam pela igualdade de gênero têm sido vistos como rebeldes e por isso, encontram dificuldades nas suas ações, o que leva muitas a desistirem de participar nesses movimentos.

Porque para grande parte da sociedade angolana, ainda é difícil compreender e aceitar a existência de mulheres que questionam o lugar de submissão pela qual são ligadas. Bem como os fatores que ajudam a mantê-las nessas mesmas condições.

Em Angola principalmente em Luanda, a capital do país, a economia informal constitui como fator principal de sustentabilidade da vida social e econômica da sociedade angolana. A participação da mulher no desenvolvimento econômico, seja no mercado formal, seja no mercado informal constitui ponto de partida deste projeto de pesquisa. A participação das mulheres na vida econômica de Angola vem desde a evolução histórica da economia formal e informal.

No comércio formal as mulheres têm contribuído trabalhando e com o início da atividade de microcrédito pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, apoiado por algumas organizações não governamentais que ajuda na sustentabilidade da atividade empresarial (VALENTE, 2001, p. 6).

Já no comércio informal, a mulher tem contribuído ajudando com a circulação de mercadorias e o comércio informal é a principal fonte de rendimento e de diminuição das altas taxas de desemprego do país.

Segundo VALENTE (2001), as mulheres continuam firmes nas suas posições de forma organizada e segura no mercado de trabalho. Um exemplo desse esforço feminino é o número cada vez crescente de associações de mulheres tanto no setor formal, como no informal.

2 CONTEXTO GEOGRÁFICO DE ANGOLA

Conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola está localizada na costa ocidental da África Austral, ao Sul da linha do Equador, com uma superfície total de 1.246.700 Km². Demonstra um total populacional de 25.789.024 habitantes [...] (INE, 2014). Sua população é composta por várias etnias. A diversidade confere ao país, uma variedade cultural muito rica, manifestadas na dança, música, artesanato local, gastronomia, vestimenta, língua, etc.

Faz fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao sul com a Namíbia, ao leste com a Zâmbia e ao oeste com o Oceano Atlântico. Sua língua oficial é o português, para além de diversas línguas nacionais. Sua moeda é o Kwanza¹ e tem um clima tropical. Possui uma costa

¹ Kwanza: A primeira unidade monetária nacional, denominada Kwanza (AOK), foi criada pela Lei nº 71-A/76 de 11 de novembro (Lei da Moeda Nacional), em substituição do escudo colonial. As primeiras cédulas foram emitidas em 1977 pelo Banco Nacional de Angola. Disponível em: <<http://www.abanc.ao/sistema-financeiro/evolucao-historica/historia-do-kwanza/>>; Além da moeda, O rio Kwanza nasce em Mumbué, município do Chitembo, Bié, no Planalto Central de Angola. O seu curso de 960 km desenha uma grande curva para Norte e para Oeste, antes de desaguar no Oceano Atlântico, na Barra do Kwanza, a sul de Luanda.

marítima de 1.650 km, sua fronteira terrestre ocupa uma área de 4.837 km de comprimento. No sentido Norte-Sul o território tem um comprimento máximo de 1.277 km e a largura máxima no sentido Oeste-Leste é de 1.236 km. A maior parte da população, 50.5% está numa faixa etária entre 15 - 64 anos (INE, 2014).

O país possui 18 províncias e 163 municípios, tendo como capital Luanda. Uma rica parte do território, o enclave de Cabinda, está separado do restante do país por uma faixa estreita de aproximadamente cinquenta quilômetros (SEBASTIÃO, 2012, p. 17).

O território angolano possui uma estrutura geológica, que lhe permite o surgimento de riquezas minerais de grande significado econômico, como os recursos do setor energético (petróleo, gás natural e carvão), minerais metálicos (ferro, cobre, manganês), minerais não metálicos (diamantes, quartzo, fosfato) e radiativos (torbenite), dentre outros (MENEZES, 2000, p. 409).

Concernente Zau (2002), é um país marcado por duas estações climáticas, a das chuvas (húmida e quente), que decorre de setembro a abril e a do cacimbo (seca e fria), que vai normalmente de maio a setembro.

Segundo a Constituição (2010), Angola é uma República Soberana e independente, é um Estado democrático de direito que tem como fundamento, a soberania popular. Seu poder político é exercido por quem obtém legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido.

3 CONTEXTO POLÍTICO DE ANGOLA

A República de Angola conquistou a sua independência em 11 de novembro de 1975, sendo proclamada a primeira República neste mesmo ano, Angola se declarou um Estado socialista e monopartidário, que correspondeu ao período da democracia do partido único. Em que os órgãos do Estado seriam guiados pelas orientações do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), devendo assegurar a primazia das estruturas do movimento sobre as estruturas do Estado, e a construção de um sistema de direção econômica centralizada.

Para Hodges (2002), A economia e a política passaram a estar centralizado num único agente o Estado, que iniciou a luta contra a política colonial, e assumiu o papel da criação de uma sociedade socialista. Porém, estes planos são todos colocados em causa com o início da guerra civil, que surgiu após Angola se tornar independente, foi um conflito armado que teve início em 1975 por dois movimentos de libertação, o MPLA e União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA). E continuou com alguns intervalos até 2002, que

conduzirá o país a uma situação difícil. “Com a destruição das suas infraestruturas e da sua estrutura económica” (FERREIRA, 2002, p. 47).

Ainda durante este período teve lugar a assinatura dos Acordos de Bicesse², em maio de 1991, pondo fim à guerra civil e ao modelo socialista, que dá lugar à implantação do multipartidarismo e liberalização da economia.

Em 1992 teve a primeira eleição no país e a transição da primeira República para a segunda República de um sistema monopartidário para um sistema político multipartidário, foi um marco da liberalização económica e com isso de exclusão social, pois na primeira República o sistema económico era centralizado e o Estado não só garantia o emprego a todos e todas, como também a distribuição de rendimentos por todas as camadas sociais. Assim, a liberalização económica conduziu a uma quebra no contrato social entre sociedade e os cidadãos, que provocou o aumento da discriminação e consequentemente exclusão social.

Segundo Lukombo (2004), com o final do período colonial a maioria da população estava em situação de exclusão social. As dificuldades se estendiam desde o acesso à instrução até os fatores étnicos, culturais e sociais, que condicionavam o acesso ao mercado de trabalho. Com a declaração da independência todos os indivíduos passaram a ser cidadãos, o que estabeleceu mudanças no modo como as estruturas políticas e económicas se estabeleciam.

Logo após este período o país emergiu numa guerra civil que só teve fim em 4 de abril de 2002, após a morte em combate do líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Esta guerra teve efeitos adversos no sistema político, económico e social do país, tendo por isso contribuído para a exclusão social de determinados grupos sociais, como é o caso das mulheres (SILVA, 2014, p. 24).

Segundo SANTOS (2010), em Angola a guerra civil, tal como a guerra colonial não diz respeito somente aos homens. As mulheres também participaram neste processo não somente apoiando na assistência dos feridos e desprotegido como também em combate e contribuíram na elaboração de estratégias para alcançar a libertação do país como Kimpa Vita e Nzinga Mbandi, exemplos da resistência do povo angolano à invasão estrangeira, Deolinda Rodrigues, Lucrécia Paim, Irene Cohen e Engrácia, heroínas da luta de libertação do século XX. Foi também neste período, especificamente em 1962, que foi fundada a Organização da Mulher

² Estes acordos foram realizados em maio de 1991 em Portugal, no Estoril. A realização dos acordos foi promovida por Durão Barroso enquanto Secretário do Estado dos Assuntos Externos e Cooperação de Portugal em 1990. Estes acordos permitiram um armistício temporário na guerra civil de Angola entre o MPLA e a UNITA, e ainda estipularam que seriam realizadas as primeiras eleições livres democráticas em Angola, supervisionadas pelas Nações Unidas.

Angolana (OMA) como uma ala feminina do MPLA, que teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola.

Organização da Mulher Angolana (OMA), a organização foi criada para ajudar na conquista da independência do país, após a independência conquistada, o segundo plano da organização era salvaguardar os interesses da mulher na sociedade angolana e combater qualquer tipo de discriminação da mulher, que na altura não tinha qualquer direitos, porque o ensinamento deixado pelo colonialismo era que a mulher pertencia ao pai e depois de casada passaria a pertencer ao esposo e esse ensinamento passou a fazer parte também como um dos aspectos culturais da sociedade angolana, desse jeito a mulher não tinha direitos quaisquer (FILA; LOPES, 2018, s/p).

A guerra civil e a instabilidade económica implicaram transformações que não se limitava à esfera produtiva, influenciando consequentemente o papel da mulher na família e na sociedade.

Pode-se dizer que a partir daí começa a verdadeira inclusão feminina, pois, dentro do movimento, as mulheres tinham os mesmos direitos e deveres que os homens, em quase todos os sentidos, mesmo naquilo que se poderia considerar como sendo, o mais duro, ou seja, elas também combatiam de armas na mão. Estavam concisas que só numa sociedade descolonizada, seus direitos seriam conquistados. A luta foi tão séria que alguns chegaram a perder a vida em combate, a destacar-se os nomes de Irene Cohen, Lucrecia Paim, Engrácia dos Santos e Teresa Afonso.

Num cenário de guerra a cidade tornou-se num palco de emancipação das mulheres, um espaço de privilégio para a aprendizagem de novos papéis sociais. Todavia, a falta de qualificações profissionais e educacionais por parte destas conduziu a sua precarização na esfera laboral.

Como síntese conclusiva, a situação de conflito vivenciado de 1975 até 2002 fez surgir grandes avanços na inclusão social das mulheres, dando espaço para o debate sobre as injustiças sociais, o que se refletiu numa atuação mais consciente por parte do estado, para a consagração dos direitos e deveres iguais entre homens e mulheres previstas na constituição angolana (SILVA, 2014, p. 25).

Todavia, é necessário salientar que no campo social, existiram e persistem negligências do governo em relação às políticas públicas que de alguma forma protegessem as mulheres dos efeitos da transição económica e das transformações daí decorrentes para o mercado de trabalho.

4 PERGUNTA DE PARTIDA

Como as mulheres têm contribuído no desenvolvimento econômico em Angola?

5 HIPÓTESES

A nossa hipótese baseia-se no pressuposto de que, a imagem de mulheres em Angola indo trabalhar todas as manhãs tanto no mercado formal como no mercado informal deixou de ser novidade, a participação feminina no mercado de trabalho vem aumentando, em particular nos últimos anos, e esse crescimento deu origem a transformações sociais significativas e à melhoria das condições econômicas em Angola.

Em muitas situações, a contribuição direta e indireta das mulheres para a economia é invisível pelo seu trabalho ser não pago, não reconhecido e subvalorizado. Deste modo, a sua contribuição para a riqueza é forte, mas não contabilizada. O não reconhecimento condiciona a sua marginalização, o que invisibiliza o desenvolvimento do seu potencial e da sua contribuição para o desenvolvimento.

Com base no cenário descrito acima enunciamos como hipóteses de trabalhos as seguintes:

H1: As mulheres têm contribuído para o desenvolvimento econômico angolano trabalhando tanto no mercado formal como no mercado informal e principalmente no informal comprando, vendendo e fazendo a circulação de mercadorias e de dinheiro (dólar) de um país para o outro, e esse trabalho não é reconhecido pelo estado porque vê como forma de desorganização do país.

H2: O não reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento econômico em Angola é devido à desigualdade de gênero e do patriarcado que se justifica com assuntos ideológicos e culturais.

6 JUSTIFICATIVA

O interesse por essa temática veio após a minha viagem de Angola para o Brasil em 2018, para estudar na Unilab, período no qual, comecei a analisar como a mulher tem

contribuído na economia angolana, porém, fui percebendo que mesmo contribuindo ainda o seu papel é invisibilizado pelos estereótipos sociais existentes no país.

Em Angola o espaço ou o lugar da mulher ainda se limita à esfera doméstica, pois as estruturas familiares são patriarcais e as mulheres encontram-se subalternizadas, ligando a sua ação à esfera familiar.

Essa ideia de falar sobre o contributo da mulher no desenvolvimento econômico em Angola, foi reforçada nos debates que foram abordados no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades nas disciplinas de “Relações Internacionais e Desenvolvimento Africano” e “Relação e Educação Étnico Racial”. Foi dessas disciplinas que nasceu o meu interesse de mostrar os contributos que a mulher tem dado no desenvolvimento econômico em Angola. Visto que a mesma tem dado seu contributo seja no comércio formal e comércio informal.

Quanto à delimitação temporal do tema, foi selecionado o período (2010- 2019) porque foi no “ano de 2010 que a União Africana declarou a década das mulheres africanas” (MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, 2010, p.1) e 2019 por ser o prazo limite do trabalho.

De acordo com Lopes (2010), a mulher angolana teve um papel fundamental em diferentes momentos e situações seja político, econômico, social e cultural onde se fez prevalecer a sua garra, coragem e ousadia, através de processos de negociação política. Alinhadamente junto às tropas em defesa da pátria, e manutenção das necessidades básicas de sua família e agregados, seja através do trabalho formal ou informal, como mãe, como guerrilheira, como militar ou apenas como mulher.

Ducados (2004), por sua vez, afirma que, o maior obstáculo à realização das provisões constitucionais é que a sociedade angolana continua sendo predominante uma reserva masculina, onde os direitos da mulher são frequentemente violados para preservação da estrutura patriarcal herdada dos valores tradicionais africanos.

E com isso percebemos que até aos dias de hoje são preservados a estrutura patriarcal aonde a sociedade angolana criou um modelo de que o mercado do trabalho é formado e dirigido por homens, onde as mulheres aparecem como inapreciável auxiliar na construção da sociedade.

Outro fator que nos motivou a seguir essa linha de pesquisa é pela escassez de informação em Angola acerca do tema, e que nos ajudará a compreender a problemática das mulheres no mercado formal e informal nas sociedades africanas, principalmente a angolana, trazendo perspectivas inovadoras.

Decidimos elaborar este projeto de pesquisa porque trata de um tema atual e intrigante para a sociedade angolana por ser um assunto muito pertinente, que ainda carece de muitas

respostas sobre os vários motivos da invisibilização do contributo que a mulher tem dado no desenvolvimento da economia angolana.

Aonde vimos grandes relevância no contexto social porque percebemos que desde os primórdios homens e mulheres desempenharam papéis diferentes na sociedade, aonde o homem trabalha fora de casa e a mulher só servia para tratar da casa e da família.

Mas aos poucos a mulher tem se tornado cada vez mais importante na sociedade atual e com isso a figura da mulher como objeto está mudando, e agora assume o seu protagonismo como sujeito da sua própria história e a mesma tem garantindo e dando o seu contributo no desenvolvimento econômico em Angola.

Este projeto será importante na área académica por ser uma realidade atual, onde ainda se busca conscientizar a sociedade do contributo que a mulher tem dado na economia angolana e porque vem fornecer mais materiais para reflexão da necessidade de falar do tema.

O grau de relevância do assunto não se pode medir porque reflete no direito da mulher, já que com base a constituição de Angola (2010), Artigo 23º (Princípio da igualdade) de 1 a 2, todos os indivíduos são iguais perante a constituição e a lei, onde ninguém pode ser prejudicado, privilegiado e privado de qualquer direito já que cada indivíduo é livre.

1. Todos são iguais perante a Constituição e a lei. 2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão (CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA, 2010, p.11).

A temática é controversa e serve para objeto de estudo e discussões de outras questões socioculturais e políticas de nossa sociedade, é de extrema importância falar sobre o tema para promover a valorização e a contribuição econômica que a mulher desenvolve no país.

7 OBJETIVOS

7.1 GERAL

- Compreender o papel da mulher no desenvolvimento econômico em Angola.

7.2 ESPECÍFICOS

- Analisar a situação da mulher angolana nos mercados de trabalho formal e informal;
- Entender os desafios da mulher angolana no cotidiano;
- Verificar as contribuições das mulheres nos mercados formais e informais para o desenvolvimento econômico em Angola.

8 METODOLOGIA

Para realizar este trabalho pretendemos utilizar a metodologia qualitativa, de caráter interdisciplinar, com o levantamento bibliográfico e documental como procedimento metodológico que nos possibilitará na busca de soluções para o nosso problema de pesquisa. “Uma pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, p. 22). Porém, reciprocamente este estudo exige uma essência qualitativa em grande medida, contextualizar o maior entendimento do problema a ser analisado. Ela descreve, observa, aprecia e interpreta o meio e o fenômeno tal como se apresenta.

Para Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica está relacionada aos levantamentos de solução para determinado trabalho de pesquisa aonde é concebida a partir de materiais já publicados, principalmente livros e artigos científicos e de levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas e essa mesma pesquisa são importantes para o surgimento de novas linhas de investigação.

Reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em termos pouco explorados a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 43).

Desta forma, nota-se a relevância a pesquisa bibliográfica porque ajuda muito, isso em diversos contextos, que vai desde arrecadação de dados já escritos e publicados, em muitos casos não levará o pesquisador a pensar nos custos da passagem para ir fazer uma pesquisa de campo.

Para Severino (2007), a pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos,

tais como jornais, fotos, filmes, gravações. Documentos esses que ainda não passaram por nenhum tratamento analítico, é ainda matéria prima na qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Usaremos a pesquisa bibliográfica e documental por ser a que mais facilita porque dispõe de várias obras disponíveis na internet, biblioteca, etc. tendo em conta as razões financeiras para voltar ao meu país e fazer a pesquisa de campo que iria dialogar com o meu tema.

Pretendemos fazer uso da pesquisa de campo para coleta de dados. Essa será feita a partir de entrevistas semiestruturadas com dez mulheres angolanas de cada mercado, como as que fazem parte do comércio formal (com mulheres que exercem função nas empresas públicas e privadas) e do comércio informal (com mulheres zungueiras e muambeiras).

A técnica utilizada será a entrevista, “sendo ela uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas dirigidas por uma das pessoas, com objetivo de obter informações sobre a outra” (MORGAN, 1988, p. 6). Também serão feitos questionamentos com perguntas abertas e fechadas.

A Entrevista semiestruturada é conhecida com semidireta ou semiaberta. Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado (MANZINI, 2003, p. 1).

A pesquisa de campo será realizada em Angola com mulheres que exercem cargo dentro do mercado formal e informal, a fim de refletirmos o que está na base da inviabilidade do seu contributo no desenvolvimento econômico em Angola. Após o trabalho de campo, pretendo traçar o perfil das minhas interlocutoras: idade, escolaridade, profissão ou formação, reflexões sobre as dificuldades que passam dentro do mercado de trabalho.

9 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo dos anos, o trabalho feminino vem sendo marginalizado e invisibilizado com a opressão e discriminação por conta do sexo e do gênero, e pela forma como a sociedade compreende o papel da mulher. Pois em tempos remotos, a sociedade compreendia a mulher unicamente como filha, esposa e mãe dedicada, teve sempre a imagem de um ser destinado à procriação, a família para agradar o outro. São essas concepções que reforçam a imagem da mulher como um ser sem vontade própria.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina, sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica, seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiria a masculinidade (LOIO, 2009, s/p).

Vamos ver que a historiografia se faz presente até aos dias de hoje, mesmo com as mudanças nos paradigmas ainda há muito que caminhar na construção de narrativas que possibilitam uma correção ou complementação do registo do passado.

Durante o desenvolvimento das sociedades foram essas imagens ou esses papéis sociais que permaneceram até aos dias de hoje, na qual, “os homens foram considerados os donos do saber e as mulheres o papel de subordinada” (RODRIGUES, 2007, p. 4). Vimos que esses papéis sociais são definidos como aqueles papéis que exercemos na sociedade, porém percebemos que são papéis construídos e atribuídos a partir do momento que nascemos.

Segundo Lakatos (1999), o conceito de papel social pode ser definido como um padrão de comportamento esperado, exigido de uma pessoa que ocupa um determinado status e esse mesmo padrão determina o dever do indivíduo na sociedade e constituem o papel associado com aquela posição.

Conseguimos perceber que a história registra a discriminação da mulher, ao atribuir aos homens à condição de donos do saber e às mulheres o papel de subordinado ideologicamente ao poder masculino.

Segundo Batsikama (2016), as mulheres angolanas no passado quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas. Elas eram aparentemente representadas pelos seus irmãos (mais velhos ou mais novos) de forma pública. Na verdade, foram elas as decisórias e os seus irmãos se limitavam apenas a cumprir as suas orientações.

A história vem salientar as desigualdades de gênero, o conceito gênero ainda é muitas vezes confundido primeiro por ter muitos dilemas em volta da sua definição e segundo por ser confundida por questões biológicas relativas ao sexo (homem/mulher). Para melhor compreensão do termo gênero, consideramos necessário recorrer em primeiro lugar à definição do mesmo.

De acordo Scott (1995), o termo gênero teve a sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava deste modo, uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O termo gênero refere-se aos papéis dos homens

e mulheres socialmente construídos e apreendidos, assim como às identidades e expectativas sociais associadas aos dois sexos.

Para Izquierdo (1990), poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno de gênero.

[...] foram difundidas desde o século XVI no Ocidente pelo catolicismo e aprimoradas no século XIX por específicas correntes científicas (principalmente pela neurobiologia, neuropsicologia, sociologia genética e darwinismo social) que delegam aos aspectos biológicos inatos a primazia pelas definições das características psicológicas e subjetivas dos indivíduos. Assim, os corpos dos homens e mulheres, por serem natural, biológica e anatomicamente diferentes, resultam em características psicológicas, sociais e comportamentais diferenciadas. A diferença biológica dos sexos definiria rígidos papéis de gênero e de vivência da sexualidade (TÍLIO, 2014, p. 128).

De acordo com Binga (2016), existe claramente uma distinção entre sexo e gênero. O primeiro refere-se à condição biológica e o segundo, gênero, refere-se a um conceito socialmente construído, que se baseia nas condições sociais e culturais de cada sociedade e que reproduz comportamentos socialmente desenvolvidos para os papéis de homem e mulher.

A desigualdade de gênero está presente na maioria das sociedades e hoje, em nenhuma sociedade, as mulheres gozam das mesmas oportunidades que os homens e não dispõem dos mesmos recursos, direitos, acessos e opções que os homens, persistindo deste modo, uma desvalorização das mulheres a nível socioeconómico e político (BINGA, 2016, p. 5).

Em termos de Índice de Desigualdade de Género (IDG), com dados de 2010, Angola foi classificada em 81.^a posição entre os 136 países analisados (PNUD, 2010, p. 14). A desigualdade de gênero em Angola ainda é bastante elevada, e por elas se compreendem as diferenças de acesso ao trabalho, aos salários, ao controlo de recursos de maneira geral, e também em termos das oportunidades económicas, quer em termos de poder e voz política. Assim, o gênero tem de ser compreendido como uma questão social que está na base dos comportamentos de homens e mulheres.

A sociedade angolana é marcada por uma construção muito machista e hierárquica em relação ao homem e a mulher, ficaram incutidas no imaginário social de que o lugar da mulher é em casa e do homem nos lugares públicos, Apesar dos grandes avanços registados, ainda a mulher é discriminada, sendo esta desigualdade mais marcada nas questões de direitos sociais

e económicos. A igualdade de gênero impõe-se assim enquanto tema central de desenvolvimento, devendo ser considerado enquanto um objetivo por si próprio nas políticas de desenvolvimento.

Segundo Sen (2008), o desenvolvimento de um país está estreitamente ligado às oportunidades que este proporciona à sua população, o mesmo não inclui apenas os direitos sociais básicos como a educação e a saúde, mas a habitação, segurança, liberdade e cultura.

Concernente Binga (2016), em nenhum país as mulheres usufruíram das mesmas oportunidades que os homens. No entanto, a igualdade de gênero é um objetivo fundamental de desenvolvimento, pois uma maior igualdade de gênero pode aumentar a produtividade e melhorar os resultados de desenvolvimento para a próxima geração.

10 MULHERES ANGOLANAS NO MERCADO INFORMAL E FORMAL

Em decorrência do conflito existente em Angola, algumas mulheres viram a necessidade de emigrar das zonas rurais para as zonas urbanas para fugir do conflito existente no país e outras permaneceram nas cidades, sobre condições precárias, e viram-se forçadas a procurar sobrevivência no mercado informal. Neste período, houve um aumento da participação feminina no mercado informal, as mulheres, por sua vez, passaram oferecer cada vez mais seu trabalho devido a mudanças que ocorreram no país e na família.

De acordo com o Portal de Angola³ (2016), a atividade informal em Angola começou no período pós-independência no ano de 1975, fortemente impulsionada pela situação económica de Angola. E trabalhando no comércio informal para sustentar a suas famílias. E de acordo com os anos essa mesma economia foi crescendo por falta de mão de obra qualificada, e por causas dos conflitos existentes em Angola.

Valente (2001), afirma que a atividade ganhou um maior realce no ano de 2002 com o início da paz, atingindo proporções significativas. Pois uma parte considerável da população foi obrigada a abandonar a sua habitação, os campos agrícolas e postos de trabalhos e instalar-se nos principais centros urbanos.

Em 2002 as mulheres ocupavam 63,5% dos empregos no setor informal e 33 no setor formal. As barreiras prováveis para a inserção das mulheres no mercado de trabalho são barreiras formais de gênero como no exército, barreiras formais indiretamente tendenciosas tal como a educação formal, barreiras combinadas formal e informal tais

³ <https://www.portaldeangola.com/2016/05/09/mulher-zungueira-o-reflexo-da-economia-angolana/>

como regulamentações rígidas no que diz respeito a gravidez e acompanhamento da criança, barreiras informais incluídas tanto uma rígida regulamentação como opiniões tendenciosas de gênero (VALENTE, 2001, p. 5).

A maioria das mulheres que trabalha no mercado informal tem visto esse mesmo setor a tornarem-se única forma de economia de sobrevivência, onde o mesmo mercado não é uma fonte de lucro, porém um lugar de batalha constante pela sobrevivência diária. As mulheres no mercado informal enfrentam sérios constrangimentos que diferem das mulheres do mercado formal.

Segundo Lopes (2006), esta atividade tem se tornado cada vez mais importantes para assegurar o acesso à ocupação produtiva, aos rendimentos e à inserção socioeconômica dos seus agentes e dos respectivos agregados familiares para os quais constituem, com grau de importância crescente, uma das principais fontes de recursos do país.

No setor informal as mulheres não têm nenhum tipo de direito ou garantias, não contam com o apoio do Estado. Na atividade de comercialização dos mais diversos tipos de produtos, com jornadas diárias de trabalho chegam a catorze horas, tanto as que vendem a retalho, como as que vedem a grosso, estão sujeitas a todo tipo de violência, são perseguidas por ladrões e por vezes pela polícia, são discriminadas socialmente devido ao tipo de atividade que exercem, a baixa escolaridade e ao baixo poder aquisitivo (PEREIRA, 2014, p. 5).

Nessa mesma linha de pensamento o cotidiano das mulheres no mercado informal é muito duro, porque vemos que essas mesmas mulheres, as suas vidas a cada dia estão em perigo, primeiro por parte dos bandidos que são pessoas que assaltam, matam e violam.

E segundo por parte dos policia, onde vimos que o sistema de mercado angolano ainda é muito fraco e esse mesmo sistema implica a construção de mercado em zonas que não há muito rendimento quanto ao negócio das mesmas, e quando são construído mercados é em locais distante onde não há muito rendimento, elas optam em vender nos locais onde há rendimento como nas ruas, avenidas, nos grandes passeios e estradas e segundo à autoridade é ilegal e por isso elas passam perseguição, repulsas, afastamento e muitas delas são presas e por vezes mortas pelos próprios policia.

Em Angola, apesar das dificuldades no mercado informal é hoje em dia um refúgio e um recurso para criar oportunidades de emprego para a maioria do povo e constituem um dos principais pilares da sustentabilidade da economia do país. Porém esse mesmo mercado é o maior empregador, mas oferece poucas vantagens devido ao declínio dos salários. No entanto no mercado formal, as maiores dificuldades que as mulheres enfrentam são: a desigualdade de gênero, a divisão salarial desigual e a divisão do trabalho.

No sector formal, devido à intervenção do Estado na regulação e fiscalização do mercado, às insuficiências do sistema financeiro, principalmente no que concerne à concessão de crédito, aos constrangimentos e excesso de burocracia nos registos e legalização da propriedade, a desigualdade do género tem dificultado o desenvolvimento do empresariado feminino (VALENTE, 2001, p. 6).

Por outro lado, enquanto no sector formal as mulheres empregadas representam tão somente 17% do total contra 82 % de homens, no sector informal elas representam 55% contra 44% de homens (VALENTE, 2001, p. 16).

Segundo Caetano (2015), é difícil estabelecer um limite onde acaba o mercado formal e começa o mercado informal, por que os dois mercados coexistem, complementam-se em diversas situações. Onde os agentes económicos operam no formal e no informal e acabam fortalecendo os dois mercados.

O mercado informal continua a ter uma ligação com o mercado formal, pois de um lado existe a competição desigual do mercado informal por não pagar imposto, mas por outro lado serve de saída aos grossistas ⁴do mercado formal.

A inserção da mulher no mercado de trabalho ainda pode ser considerada como um processo em construção. As constantes transformações sociais, políticas e económicas, ocorridas em Angola contribuíram, e ainda contribuem, nesse processo.

O mercado de trabalho feminino é marcado por condicionantes culturais, sociais, económicos e políticos que determinam os grupos incluídos ou excluídos, onde esses mesmos fatores que acabam influenciando o mercado de trabalho têm em conta algumas variáveis como sexo, idade, formação e educação cultural. Isto apesar da persistência das práticas de representações de carácter patriarcal que é atribuída as mulheres na sociedade angolana, a dependência económica das mulheres é um mecanismo para continuação da posição de subordinadas destas, limitando o controlo das suas próprias vidas, impedindo o seu acesso a plena cidadania.

E mesmo com tantos desafios e dificuldades o número de participação feminina no mercado de trabalho vem crescendo contribuído assim, para o desenvolvimento económico em Angola. Para as mulheres, ter autonomia e poder significa também ter mais liberdade, independência, poder viver por conta própria e não depender de ninguém, principalmente do marido. Essas características estão intimamente ligadas com o trabalho.

⁴ Grossistas são aqueles comerciantes que compram, vendem ou fornecem mercadoria à grosso.

De acordo com Sen (2000), “as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança, promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens” (p. 246).

Conforme Sen (2000), o protagonismo das mulheres, com ganho do poder, é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento.

A mulher tem contribuído no desenvolvimento econômico em Angola nos mercados formal e informal para o desenvolvimento socioeconômico, visto que, desde a independência o país passou por décadas de distorções econômicas, provocadas pela guerra civil e é marcada até aos dias de hoje por várias instabilidades políticas, econômicas, crises e atrasos no pagamento dos salários no mercado formal.

Entretanto, também tem contribuído no desenvolvimento econômico em Angola com a reprodução das famílias, ainda que não seja contabilizado como importante na sociedade angolana. A presença feminina no mercado de trabalho é cada vez mais notória e participativa no que tange o desenvolvimento econômico de Angola, que nos leva a ver certas mudanças nos paradigmas do papel da mulher.

Contudo é necessário que, as mulheres se afirmem e para que essa afirmação aconteça, precisamos do suporte uma das outras e mudar os paradigmas educacionais, e mostrar os rostos daquelas que por muito tempo foram excluídas, silenciadas e esquecidas.

Portanto podemos constatar que, a mulher angolana não permaneceu estática, mesmo que alguns costumes ainda lhe são cobrados na família, a mulher angolana tem demonstrado suas capacidades e ganhando mais espaços na sociedade. O aumento do poder econômico das mulheres pode melhorar o crescimento e a estabilidade de forma mais acelerada do país.

11 CRONOGRAMA

ANOS/ ETAPAS	2019	2020		2021		2022
	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Revisão do projeto	X	X				
Levantamento bibliográfico e fichamentos		X	X	X	X	
Apresentação do projeto revisado		X				
Organizar a estrutura para a monografia			X	X		
Preparo do roteiro e coleta de dados			X	X		
Análise dos dados coletados				X	X	
Elaboração e Redação do trabalho					X	
Revisão e redação final						X
Entrega da monografia						X
Defesa da monografia						X

REFERÊNCIAS

- ANGOLA, Ministério da Família. **Decênio da Mulher africana**. Nairobi: UNDP, 2010.
- ASSEMBLEIA NACIONAL. **Constituição da República de Angola**, Pub. L. No. 111/2010 (2010). Disponível em: http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-ZAPROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf Acesso em: 12 de Maio de 2019.
- BATSIKAMA, Patrício. A Mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**- Edição 25 / jul. Dez, 2016.
- BINGA, Maria Carolina Quilamba. **Mulheres empresárias, gênero e desenvolvimento em Luanda**. Lisboa, 2016.
- CAETANO, Catarina. **Diagnostico de gênero de Angola**. Ed. União Europeia, 2015
- CENSO. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola.2014.Disponível em:http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultado%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf Publicado pelo INE, Março de 2016. Acesso em: 26 de abril de 2019.
- DUCADOS, Henda. **A mulher angolana após o final do conflito**. In: MEIJER, Guss. Da paz militar a justiça social? O processo de paz angolano. Londres. 2004.
- FERREIRA, Manuel Ennes. Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). **Revista Análise Social**, vol. XXXVII, n.º 162. Lisboa, 2002, p. 47-90.
- FILA, Epifania Demora Nunes; LOPES, Gisele Silveira Coelho. **Empoderamento feminino angolano: o pensamento das mulheres em cargos de poder**. 2018
- HODGES, Tony. **Angola: do afroestalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais, Principia. 2002.
- IZQUIERDO, Maria de Jesus. Divisão sexual do trabalho na prática. **Revista A nossa própria substância**, São Paulo, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7ª ed. São Paulo; Atlas,1999.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Celia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. UFSC, vol.10, 2007.
- LOIA, Teresa. **Saltos altos**. 2009. Disponível em <https://saltosaltos09.blogspot.com> Acesso em 23 de junho de 2019.
- LOPES, Carlos Manuel. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: Uma digressão pela economia informal de Luanda. **Revista Lusotopie**, XIII (1), 2006, p.163-183.

LUKOMBO, Joao Baptista. **Desemprego e crise social em Luanda: um esboço sobre alguns aspectos referentes a população e mercado de trabalho.** Ed.CES, Coimbra, 2004.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: Análise de objetivos e de roteiros,** Unesp, São Paulo, 2003.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

MINAYO, Maria Cicilia Sousa. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: RJ. Vozes. 21.ed, 2001.

MORGAN, David. **Grupo focal como pesquisa qualitativa.** Beverly Hills: SAGE, 1988.

RODRIGUES, Valeria Leoni. **A importância da mulher.** 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf> Acesso em: 19 de Julho de 2019.

SANTOS. Virgínia Inácio dos. **A Situação da mulher angolana uma análise crítica feminista pós-guerra.** Vol. 16, nº. 16 (2010).

SALOMAO, Jenísio. **Mulher zungueira: O reflexo da economia angolana.** 2016. Disponível em WWW.portaldeangola Acesso em 23 de junho de 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, nº 2, 1995. p. 71-99.

SEBASTIÃO, João Mahingo. **Aspectos do mercado de trabalho em Angola: O periodo colonial, pós a independencia e o periodo pós o fim da guerra civil década de 2000.** Unesp, Araraquara-SP, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. Ver e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mara, Eloise Caetano. **O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: Estratégias, Trajetórias e Contextos Socioprofissionais.** Lisboa, 2013.

TILIO, Rafael. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n 14, 2014, p. 125-148

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A Situação da mulher em Angola.** Luanda, 2001.

ZAU. Filipe. **Angola: Trilho para o Desenvolvimento.** Universidade Aberta 2002, Palácio Ceia-Rua da Escola Politécnica, 1471269-001 Lisboa-Portugal. 2002.